ANEXO I

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EXERCÍCIO PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DE AGENTE PÚBLICO**

**PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE DE DESTINO**

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ENTIDADE**  |  |
| **\*UNIDADE DE EXERCICIO EM QUE O AGENTE PÚBLICO ATUARÁ** |  |
| **NOME DO DIRIGENTE DE RECURSOS HUMANOS OU GESTÃO DE PESSOAS DO ÓRGÃO/ENTIDADE** |  |
| **TELEFONE**  |  |
| **E-MAIL INSTITUCIONAL** |  |
| **\*HOUVE A REALIZAÇÃO DO DFT NO ÓRGÃO/ENTIDADE?** |  |

\* Unidade de exercício: art. 2º, inciso XIII, desta Instrução Normativa.

\* DFT – Dimensionamento da Força de Trabalho, nos termos do §4º do art. 3º desta Instrução Normativa.

**PARTE II – IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO**

|  |  |
| --- | --- |
| **NOME**  |  |
| **\*NOME SOCIAL** |  |
| **CPF** |  |
| **CARGO EFETIVO** |  |
| **\*MATRÍCULA** |  |
| **\*UNIDADE DE LOTAÇÃO OU DE VÍNCULO NO ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM**  |  |
| **ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM**  |  |
| **\*CUSTO PARA REEMBOLSO ANUAL** |  |
| **\*HOUVE CUMPRIMENTO DO PRAZO DE PERMANÊNCIA DA ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO?** |  |
| **\*SERVIDOR ENCONTRA-SE EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO CARGO ATUAL?** |  |
| **\*AGENTE PÚBLICO ENCONTRA-SE EM PERÍODO DE LICENÇA OU AFASTAMENTO LEGAL?** |  |
| **\*A CARREIRA DO SERVIDOR POSSUI ALGUM INSTRUMENTO DE MOBILIDADE AUTORIZADO EM LEI?** |  |

\* O quadro acima deve ser informado para cada agente público a ser movimentado. Assim, se necessário, o órgão/entidade pode transpor as linhas em colunas de maneira a facilitar o preenchimento das informações, quando houver mais de um agente público.

\*Nome social: aplicável quando for o caso – Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010, em consonância com a política de promoção e defesa dos direitos humanos – Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.

\* Matrícula: aplicável quando houver no órgão/entidade de origem. Nesse campo, deve-se informar, preferencialmente, a matrícula SIAPE.

\* Unidade de lotação ou de vínculo: art. 2º, inciso XIII, desta Instrução Normativa.

\* Custo para reembolso: aplicável quando se tratar de movimentação, nos termos do art. 18, inciso II, Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021.

\* Impedimento de alteração de exercício para composição da força de trabalho de agente público que não tenha cumprido o prazo de permanência exigido no art. 9º da Portaria SEDGG/ME nº 8.471, de 2022, ressalvado o disposto no art. 12 da referida Portaria.

\* Impedimento de alteração de exercício para composição da força de trabalho de servidor durante o estágio probatório: aplicável somente para servidores públicos.

\* Impedimento de alteração de exercício para composição da força de trabalho de agente público que se encontre em período de licença ou afastamento legal.

\* Impedimento de alteração de exercício para composição da força de trabalho de servidor em que a carreira possua instrumento de mobilidade autorizado em lei.

**PARTE III – REQUISITOS PARA ALTERAÇÃO DE EXERCÍCIO PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

**I – Modalidade de Seleção do Agente Público**

|  |
| --- |
| * Indicação Consensual
* Realocação de Pessoal
 |

**II – Dispensa de Modalidade de Seleção**

|  |  |
| --- | --- |
| **TIPO DE DISPENSA** | * Situações Prioritárias e Emergenciais do Governo Federal
* Centralização de Serviços
 |
| **\*JUSTIFICATIVA** |  |

\* Deve ser acrescida a documentação comprobatória que ateste as situações de dispensa das modalidades de seleção. O campo de justificativa deve ser preenchido somente se aplicável à solicitação de alteração de exercício para composição da força de trabalho.

\* Os campos de preenchimento do formulário em que não houver aplicação à solicitação de alteração de exercício para composição da força de trabalho, deverão ser preenchidos com o termo “não se aplica”.

**III - Justificativa clara e objetiva de que a alteração de exercício para composição da força de trabalho contribuirá para o desenvolvimento das atividades ou de projetos que impactam nas políticas e no plano de governo realizados pelo órgão ou entidade solicitante**

|  |
| --- |
|  |

**IV - Quadro demonstrativo relacionando a compatibilidade das atividades a serem exercidas com as atribuições do cargo ou emprego do agente público federal, com base em informações do seu órgão ou entidade de origem, com manifestação de conformidade**

|  |  |
| --- | --- |
| **ATRIBUIÇÕES DO CARGO**  | **ÓRGÃO/ENTIDADE DE DESTINO** |
|  |  |

\* Deve ser anexado documento com informações do órgão/entidade de origem.

\* O quadro acima deve trazer informações individuais por agente público a ser movimentado ou por cargo, quando se tratar de um lote de agentes públicos do mesmo cargo ou emprego.

**V - Demonstrativo do quantitativo total de alterações de exercício para composição da força de trabalho disponibilizadas e recebidas pelo órgão ou entidade, em atendimento ao disposto no inciso II do §2º do art. 8º e do art. 9º desta Instrução Normativa**

**Quadro I – Quantidade de agentes públicos disponibilizados e recebidos no órgão/entidade**

|  |  |
| --- | --- |
| **QUANTIDADE DE AGENTES PÚBLICOS DISPONIBILIZADOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA ME 282/2020** |   |
| **QUANTIDADE DE AGENTES PÚBLICOS RECEBIDOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA ME 282/2020** |  |

**\*Quadro II – Conforme quadro I, informar abaixo os dados de cada agente público disponibilizado para outros órgãos/entidades da administração pública federal, direta e indireta, por meio da alteração de exercício para composição da força de trabalho**

|  |  |
| --- | --- |
| **NOME**  |  |
| **CPF** |  |
| **\*MATRÍCULA** |  |
| **\*ÓRGÃO/ENTIDADE DE DESTINO**  |  |
| **PORTARIA DE ALTERAÇÃO DE EXERCÍCIO PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO** |  |

\* As informações acima devem ser prestadas para cada agente público disponibilizado por meio da alteração de exercício para composição da força de trabalho. Assim, se necessário, o órgão/entidade pode transpor as linhas em colunas de maneira a facilitar o preenchimento das informações, quando houver mais de um agente público.

\*Matrícula: aplicável quando houver no órgão/entidade de origem. Nesse campo, deve-se informar, preferencialmente, a matrícula SIAPE.

\* Órgão/Entidade de destino: órgão/entidade para o qual o agente público foi movimentado.

**Quadro III – Conforme quadro I, informar abaixo os dados de cada agente público recebido por meio da alteração de exercício para composição da força de trabalho, proveniente de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, direta e indireta**

|  |  |
| --- | --- |
| **NOME**  |  |
| **CPF** |  |
| **\*MATRÍCULA** |  |
| **ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM**  |  |
| **PORTARIA DE ALTERAÇÃO DE EXERCÍCIO PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO** |  |

\* As informações acima devem ser prestadas para cada agente público recebido por meio da alteração de exercício para composição da força de trabalho. Assim, se necessário, o órgão/entidade pode transpor as linhas em colunas de maneira a facilitar o preenchimento das informações, quando houver mais de um agente público.

\*Matrícula: aplicável quando houver no órgão/entidade de origem. Nesse campo, deve-se informar, preferencialmente, a matrícula SIAPE.

**VI – Documentação complementar ao Formulário**

|  |
| --- |
| * Ofício, devidamente assinado pelo dirigente de gestão de pessoas do órgão ou entidade de origem do agente público, manifestando a anuência para alteração de exercício para composição da força de trabalho na modalidade de indicação consensual;
* Manifestação de anuência do agente público para alteração de exercício para composição da força de trabalho no caso de indicação consensual;
* Termo de responsabilidade assinado pelo Dirigente de Gestão de Pessoas do órgão ou entidade de destino de que a alteração de exercício para composição da força de trabalho não acarretará desvio de função, nos termos do anexo II;
* Demonstrativo cadastral de agentes públicos federais movimentados por alteração de exercício para composição da força de trabalho para os órgãos e entidades interessados, quando for o caso, mediante relatório em PDF dos dados funcionais, obtido por meio da consulta de dados funcionais no e-Siape, de forma que possa ser verificado o órgão de origem e de destino do agente público movimentado;
* Documento de anuência assinado pelo dirigente de gestão de pessoas do órgão ou entidade, quando se tratar de agente público de empresa pública ou sociedade de economia mista não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral;
* Declaração que confirme a disponibilidade orçamentária para custeio dos valores anuais, devidamente assinado pelo ordenador de despesas do órgão ou entidade, no caso de reembolso de agente público movimentado por alteração de exercício para composição da força de trabalho, de empresa pública ou sociedade de economia mista não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral, nos termos da Portaria Conjunta da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento – SETO/ME e da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital – SEDGG/ME, vigente, que regulamente os limites de reembolso com a movimentação de agentes públicos, de que trata o Decreto nº 10.835, de 2021;
* Declaração de conformidade com o disposto no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição, devidamente assinada pelo ordenador de despesas do órgão ou entidade, quando se tratar de alteração de exercício para composição da força de trabalho de agente público de empresa pública ou sociedade de economia mista não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral, nos termos da Portaria Conjunta da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento – SETO/ME e da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital – SEDGG/ME, vigente, que regulamente os limites de reembolso com a movimentação de agentes públicos, de que trata o Decreto nº 10.835, de 2021.
* Informação se o órgão ou entidade já possui o modelo referencial de dimensionamento da força de trabalho (DFT), disponibilizado pelo Órgão Central do SIPEC. Caso afirmativo, informar se o órgão ou entidade, após a transferência do modelo referencial pelo Órgão Central, já institucionalizou o processo de DFT por meio da replicação nas demais áreas do órgão e se os resultados desta replicação foram considerados para a abertura de processo de recomposição da força de trabalho.
 |

**VII – Informações****Complementares à Modalidade de Seleção por Realocação de Pessoal**

|  |  |
| --- | --- |
| **Informar se o agente público foi selecionado mediante edital, divulgado no portal de oportunidades do Ministério da Economia, bem como no sítio eletrônico do órgão ou entidade** |   |
| **Tempo de divulgação do edital** |   |
| **Número de concorrentes por oportunidade** |   |
| **Quantitativo de oportunidades ofertadas** |   |
| **Metodologia adotada para seleção do agente público** |   |

ANEXO II

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE COMPATIBILIDADE DE ATIVIDADES PARA AGENTE PÚBLICO A SER MOVIMENTADO**

Eu, (Nome do Dirigente de Gestão de Pessoas do Órgão/Entidade de Destino), (Nome do Órgão/Entidade de destino), (Cargo do Dirigente na Unidade de Gestão de Pessoas), matrícula SIAPE nº (se não houver SIAPE, usar outro nº de matricula do órgão/entidade), em cumprimento ao disposto no art. 17, inciso V, da Portaria SEDGG/ME nº 8.471, de 26 de setembro de 2022, declaro para os devidos fins, que as atividades a serem desempenhadas pelo(s) agente(s) público(s) [nome(s) do(s) agente(s) público(s)] guardam compatibilidade com as atividades realizadas em seus respectivos órgãos/entidades a que se encontram vinculados.

(Local e data)

NOME

Cargo

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

ANEXO III

**TERMO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL DE ABERTURA DE SELEÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS**

Eu, (Nome do Dirigente de Gestão de Pessoas do Órgão/Entidade de Destino), (Nome do Órgão/Entidade de destino), (Cargo do Dirigente na Unidade de Gestão de Pessoas), matrícula SIAPE nº (se não houver SIAPE, usar outro nº de matrícula do órgão/entidade), em cumprimento ao disposto no inciso I do § 2º do art. 8º da Instrução Normativa, declaro para os devidos fins, que o edital publicado atende aos requisitos mínimos estabelecidos no § 1º do art. 5º desta Instrução Normativa.

(Local e data)

NOME

Cargo

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura